

NÓS, (AINDA) VITORIANOS: CALIBRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

WE (YET) VICTORIANS: CONTEMPORARY CALIBRATIONS OF THE SEXUALITY DEVICE

Adalberto Ferdnando Inocêncio¹

Resumo: No presente manuscrito apresento o conceito de dispositivo de sexualidade, de Michel Foucault, no intuito de atualizar uma leitura voltada ao tempo presente. Defendo a tese de que existem reverberações de efeitos desse dispositivo, principalmente no que tange às transmutações do conceito de família, que tem sido capturada pelas novas direitas e grupos religiosos, que ocuparam a macropolítica institucional representada pela máquina estatal. Isso contribuiu para endossar um viés conservador e reacionário do núcleo familiar, enfatizado na conformação tradicional, uma vez que calibra nuances biopolíticas excludentes, pela própria definição. A presença mais expressiva de cristãos conservadores na máquina de Estado se deu partir das eleições de 2018, nas quais facilmente se podem traçar relações com o dispositivo de agenda familista. A análise aqui esboçada se delinea na materialidade discursiva que caracterizou este período.

Palavras-chave: Conservadorismo. Macropolítica. Agenda familista.

Abstract: In this manuscript I present the concept of a device of sexuality, by Michel Foucault, in order to update a reading focused on the present time. I defend the thesis that there are reverberations of the effects of this device, especially with regard to the transmutations of the concept of family, which has been captured by the new rights and religious groups, which occupied the institutional macropolitics represented by the state machine. This contributed to endorsing a conservative and reactionary bias of the family nucleus, emphasized in the traditional conformation, since it calibrates excluding biopolitical nuances, by the very definition. The most expressive presence of conservative Christians in the state machine took place from the 2018 elections, in which relationships with the familist agenda device can easily be traced. The analysis outlined here is outlined in the discursive materiality that characterized this period.

Keywords: Conservatism. Macropolitics. Family agenda.

O DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE - A MODO DE INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo discutir alguns efeitos contemporâneos do dispositivo de sexualidade, teorizado pelo filósofo francês Michel Foucault (2014) no primeiro volume de História da Sexualidade. Nesse recorte, busco priorizar entornos recentes da realidade brasileira², sobretudo da última década (2010-2020). Ancoro-me

¹ Doutor em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Como existem alguns movimentos transnacionais, há análises e exemplos que levaram em conta a América Latina, com o intuito de não correr o risco de fazer uma análise mecânica e engessada desses movimentos.

na suposição de que as teorizações do filósofo francês ainda nos dão chaves de leitura precisas acerca de muitos acontecimentos do presente, e, se utilizadas com cuidado e com as atualizações que determinados pontos nos exigem, são capazes de orientar nossa agência, independente de qualquer posição de sujeito na trama do poder, nas sociedades ocidentais hodiernas.

Como há uma capilaridade de práticas e efeitos que decorrem do dispositivo acima referido, centralizo nas análises a noção de família, mais precisamente de que maneiras essa palavra de ordem tem sido usada como operadora das políticas estatais mas, também, exteriorizada (embora não menos efetiva) desse circuito institucionalizado.

Concordo com a análise de Tebbe (2021, s/p.) de que o *ethos* vitoriano não está morto, nem de longe. Esse *ethos* está capilarizado nas práticas microfísicas da realidade brasileira desde a colonização europeia e encontra momentos políticos específicos para ganhar evidência nos circuitos institucionalizados, como a ocupação da máquina estatal por setores religiosos neoconservadores (LACERDA, 2019), que coloca em vigor uma série de medidas que tem a família nuclear³ e tradicional como índice paramétrico.

Tebbe (2021), em consonância com as teorizações foucaultianas, argumenta que a burguesia do século XIX usava a moralidade para afirmar sua dominação de classe, comportamento que membros da elite continuam fazendo na atual conjuntura. Importa delimitar que há um *modus operandi* específico da moralidade em nossos tempos, caracterizados pelo escanteio e minimização do papel estatal no que se refere ao amparo e assistência populacional. Os efeitos disso são explorados na próxima seção.

Se, como argumentou Foucault (2014), endossado pela leitura contemporânea de Tebbe (2021), os vitorianos impuseram um código moral estrito, ao passo que falavam sobre sexo o tempo todo, de maneira quase obsessiva; na atual conjuntura são as novas direitas brasileiras, em adesão a setores evangélicos conservadores e outros setores não religiosos, quem encampam tais práticas, e se utilizam delas como bandeiras morais que, como o passar do tempo evidencia, sustentam privilégios político-partidários do jogo eleitoral. Apesar disso, tais códigos morais cunham efeitos que se difundem para muito além dos círculos políticos institucionalizados, demarcados por projetos de lei ou

³ Não se trata de uma posição contrária ou a favor da “cristalização” institucionalizada da família tradicional, mas de analisá-la como efeito de um dispositivo, daí combater os processos de sujeição a qual somos enredados e limitados à uma conformação única de agenciamento ou agrupamento.

pela inclinação moral do judiciário – para ficar nesses exemplos – e extrapolam seu ideal a outros setores, contribuindo por moldar currículos, encampar marchas e manifestações, em suma, apartar ou aproximar pessoas e grupos.

Também é possível afirmar que os vitorianos tiveram um sólido papel na reificação do modelo familiar binário, associando a figura masculina ao papel de provedora. “E apesar dos estereótipos de pais severos e autoritários, esse período inaugurou noções contemporâneas de paternidade. Um homem de verdade não só provia para sua família, mas também tinha um interesse ativo no bem-estar emocional de seus filhos (TEBBE, 2021, s/p.)”.

A diferença dos vitorianos clássicos, a exemplo, os alemães, é que cultivavam a arte da *Bildung*, que significa educação na forma de cultivo e aperfeiçoamento pessoal. Por exemplo “ouvir música tornou-se uma experiência educacional – em vez de entretenimento. A música clássica de câmara do século XVIII funcionava como uma trilha sonora agradável para os saraus aristocráticos”; ao passo que “Jovens mulheres ricas, que não podiam almejar nenhuma carreira além de esposa e mãe, aprendiam pelo menos um outro idioma e tinham aulas de piano e canto” (TEBBE, 2021, s/p.).

Argumento, também, que o que caracterizou nosso “vitorianismo tropical”, mais precisamente o terceiro-mundista, não foram as práticas de edificação do indivíduo, mas a obsessão pelas práticas sexuais. “Como seus ancestrais, a classe média alta de hoje dá muita ênfase à família” (TEBBE, 2021, s/p.). Tal obsessão, como reconhecem inúmeros autores, serve como bode expiatório em momentos de crise, como também abordarei na sequência.

O conservadorismo moral ganha aderência massiva ao se observar o comportamento que a classe média brasileira tem de imitar as elites: já que não o podem fazer com relação ao poder aquisitivo, o fazem pela imitação de seus ideais (TIBURI, 2020). Nesse sentido, desde a ascensão dos ideais vitorianos – que mais tarde acentuarão os contornos da biopolítica – o olhar perscrutador e controlador das sexualidades jamais esteve restrito às classes dominantes.

Como analisado em outra oportunidade (INOCÊNCIO; GALETTI, 2020), as novas direitas souberam utilizar dessas construções históricas para galgar privilégios políticos baseados na manutenção das assimetrias de gênero nas esferas política e do trabalho, resultando em direitos trabalhistas e reprodutivos limitados, quando não cerceados às mulheres.

A essa altura meu leitor percebe que atravesso, no mínimo, quatro séculos de acontecimentos. Busco contornar esses rápidos “saltos históricos” argumentando que a defesa da família nuclear precisa ser compreendida em uma genealogia complexa, que, como já mencionei, atravessa desde a moral vitoriana, passando pela ascensão do capitalismo, em todas as suas fases, até ganhar outros contornos (nem tão novos assim) com as novas direitas e grupos religiosos ocupando a máquina estatal.

Buscando dar conta dessa genealogia, estruturei o presente ensaio em duas seções. Na primeira parte, busquei apresentar os efeitos de uma recente aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo moral. A compreensão de que as esferas econômicas não são desvinculadas das esferas de comportamento se faz fundamental para a articulação das formas de combate que podem se levantar de agora em diante. No segundo momento, discuto de que forma essa noção de família tradicional tem sido usada, pelas novas direitas, como pedra angular de políticas públicas e demais movimentações ligadas à esfera estatal. De maneiras diferentes, ambas as seções visibilizam que a realidade brasileira do presente está distante dos posicionamentos progressistas como promessa da modernidade. Em vez disso, as agendas neoliberais tem se valido do moralismo como “moeda de troca” a fim de sustentar interesses individuais da elite tupiniquim e de setores neoconservadores, religiosos e não religiosos.

A FAMÍLIA TRADICIONAL COMO PEDRA ANGULAR DE UMA “AGENDA COMPENSATÓRIA”

Para que seja possível a compreensão dos modos pelos quais as agendas morais se encarregaram da captura de certas pautas na atual conjuntura, é necessário distingui-las de outros momentos da história, também marcados por pautas morais e inclinação conservadora. Uma importante diferença, que demarca não só o Brasil, mas parte considerável do espectro do capital transnacional, é a da aliança relativamente recente entre neoliberalismo e neoconservadorismo moral.

Um dos aspectos mais importantes da aliança entre neoliberais e conservadores, que engendra o neoconservadorismo, é que eles convergem em uma narrativa de crise que tem como lócus a família. A presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho remunerado na segunda metade do século XX é vista como fator desestabilizante do casamento e da boa criação dos filhos.

Tirante o fato de que, para a maior parte das mulheres, nunca houve a possibilidade de não realizar trabalho remunerado, a apologia da família patriarcal projeta nela formas de segurança econômica disponíveis apenas para poucas. Além disso, o divórcio e a autonomia sexual produziram, na perspectiva dos neoconservadores, um quadro de irresponsabilidade masculina e de vulnerabilidade feminina, para o qual a solução seria a adoção de políticas “pró-casamento” e “pró-família”. Trata-se de uma política de responsabilização fundamental à agenda neoliberal de privatização e desregulamentação (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 26-27).

A teórica estadunidense Wendy Brown (2019) afirma que a moralidade tradicional atrelada com o mercado foi um dos pilares da lógica neoliberal difundida por pensadores da economia, principalmente das correntes estadunidense e alemã, como Hayek e Friedman. Com o recrudescimento do neoliberalismo, o conservadorismo moral tornou-se tônica da extrema-direita eleita em diversos países do mundo, o que tem se manifestado de diversas formas. Uma delas, no ideário de que é necessário combater a imoralidade, geralmente associada a grupos políticos elencados como inimigos que devem ser combatidos, de modo que os mesmos são elencados conforme o contexto histórico. Além disso, a novidade do atual conservadorismo se expressa pela “expansão da esfera pessoal protegida”, endossada pelo argumento de que não se trata apenas da proteção da família tradicional em face do avanço descontrolado da moralidade liberal, mas que seus valores deveriam referenciar o ordenamento público (BROWN, 2019).

Nesta analítica, destacam-se os grupos formados pelas militâncias dos novos movimentos sociais, principalmente os movimentos LGBTQIA+, feministas e negro, que mais tem pressionado o *establishment* nos últimos anos. Tais grupos ganharam visibilidade nas últimas décadas, devido às redes e ao ciberativismo, de forma que algumas de suas pautas foram atendidas no intercurso desses trinta anos da Nova República, fase que teve início com a Constituição Cidadã de 1988 e, na análise de Biroli (2020), finalizou-se, no Brasil, com o golpe de Estado da então presidenta Dilma Rousseff. Com tal desfecho, o papel estatal direcionado às políticas sociais é reduzido ao máximo (a exemplo, as diversas reformas administrativas e os Projetos de Emenda Constitucional), vulnerabilizando ainda mais os grupos que não tiveram seus direitos políticos conquistados de uma vez por todas.

Foram tais conquistas e avanços que repercutiram no moralismo atual, expresso como reação dos setores conservadores, para os quais essas visibilidades não combinam com sua visão política ideal de sociedade: “A ordem sexual defendida, perante a dos movimentos feministas e LGBTQI, baseia-se na moralidade cristã, na legalidade e no caráter procriador do sexo; logo “A definição do ato sexual por seu fim reprodutivo se estabelece em oposição à autonomia e ao prazer” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 24).

Desta forma, nesse contexto de “enxugamento” da máquina estatal, caracterizado pela retirada de direitos sociais e adoção de políticas antipopulares, Biroli (2017) desenvolve a noção de “moralismo compensatório”. O termo compensatório é empregue justamente para explicar o preenchimento moral de esferas que se tornam desassistidas pelo Estado, tendo, como consequência, num país que aderiu ao neoconservadorismo, o fortalecimento da instituição família nuclear ou tradicional como fundamento ou pedra angular de agendas específicas. Tais agendas combinam políticas de “austeridade”, que restringem o papel do Estado em áreas consideradas fundamentais, tendo como consequência uma limitação do alcance que certas políticas sociais tinham até então, bem como o incentivo a recursos privados, o que, na prática, tem o efeito de exigir mais das famílias (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Consonante à defesa da família tradicional os papéis de gênero, imanescentes a este arranjo, permanecem incitados... “Isso talvez represente o vínculo mais nítido entre os valores vitorianos de então e de agora: ambos restringem as mulheres e reforçam a hierarquia de gênero” (TEBBE, 2021, s/p.). É como se em momentos de crise econômica – incitada, em nosso país, como uma retórica, uma vez que o número de bilionários tem aumentado na última década, em especial, no contexto de pandemia da Covid-19 – “a corda arrebentasse do lado mais fraco”, isso é, nos grupos sociais mais vulneráveis, ou que não conquistaram seus direitos pela máquina estatal.

Mais tarde, com a ascensão do neoliberalismo em diversas partes do globo e a consequente reformulação da economia política por ele operada, a noção de família nuclear retorna buscando servir de “argumento” da nova ordem mundial. Essa aproximação fora analisada por Foucault (2010) em *Nascimento da biopolítica*, que apesar do título, diz respeito à economia política do neoliberalismo. Nesta oportunidade, sua teoria estabelece a dobradiça entre a prática governamental que passou a agir sobre os indivíduos ou coletivos. Nesta inclinação, a economia é menos uma análise dos

processos do que das intimidades, isto é, uma “análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2010, p. 283).

Foucault (2010) usa como metáfora o governo do pai de família, que a tudo conhece para governar. Nesta lógica, a dimensão do trabalho e da vida familiar e conjugal são pensados em termos de comportamentos econômicos que devem ser racionalizados a fim de que adquiram maximização em eficiência na maior diversidade de setores possível. O indivíduo torna-se, assim, o “sujeito econômico ativo” movido ao capital humano e regulado por afluxos e influxos do mercado, inviabilizando a tradicional separação entre trabalho e trabalhador. Nesta lógica, todos os comportamentos que esquadrinham a esfera pública e privada contam, e a família passa a ser entendida como uma pequena empresa.

Ainda sob esse crivo, nos investimentos em capital humano que se delineiam no âmbito do núcleo familiar, os filhos também são lidos como pequenos empreendedores-de-si e, quanto mais cedo se “investe em sua formação”, mais “retorno” um núcleo familiar ter-se-á no futuro. A questão centralizada neste elemento, porém, vai muito além da simples aprendizagem escolar ou profissional. O que gira de modo mais potente é um conjunto de gestos que entram num cálculo impensado nas fases anteriores do capitalismo. Foucault (2010, p. 290) elenca como exemplos “o tempo que os pais dedicam aos filhos para além da atividade de educação propriamente dita”, “o número de horas que uma mãe passa ao lado do filho, quando este é ainda bebê”, ou, ainda, “o simples tempo de amamentação, o simples tempo de afeição dedicado pelos pais aos filhos [...] como investimento susceptível de constituir capital humano”. Nesse arranjo, está perfeitamente compreendido que há distinção nos papéis de gênero: o pai como provedor; a mãe como tutora e cuidadora.

Transpondo essa matriz familiar como pequena empresa para a atual conjuntura – em que se percebem as crises sazonais do neoliberalismo – tornou-se difícil sustentar essa noção do macho provedor, uma vez que o reflexo da crise econômica transnacional afetou de forma direta a organização social do trabalho (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Como afirma Pinheiro-Machado (2019, p. 92): “Crises econômicas têm um papel fundamental na formação de subjetividades, emoções e frustrações das pessoas. No Brasil, é impossível separar a crise econômica da crise do macho”.

Como resultado de pesquisas de campo, realizadas nos entornos brasileiros, a socióloga aproxima o que nomeia de “crise do macho” com a noção de “ansiedade

sexual”, termo que ela empresta do filósofo norte-americano Jason Stanley, e que descreve o medo que os homens têm de perder poder na hierarquia patriarcal, especialmente com a ascensão do feminismo, o que é passível de interpretar como uma lógica fascista. Vale à pena citar, uma vez mais essa autora, pois sua descrição contribui com o argumento desse ensaio, de que a noção patriarcal de família atravessa a esfera econômica, mas também a do moralismo compensatório. Os dados da sequência foram coletados durante a campanha das eleições presidenciais de 2018:

[...] volto à questão da crise econômica, porque ela desestabiliza o papel estruturante da identidade de muitos homens: o de provedor. Durante a pesquisa [...] encontrávamos o tempo todo homens desorientados, endividados, sem perspectiva de futuro e desesperados para ter um revólver. No plano prático, motoristas de aplicativos diziam querer se armar para se defender dos possíveis assaltantes. No plano simbólico, rodeado por uma narrativa moral acerca de um mundo perdido, ficava evidente que eles queriam se armar contra uma realidade que liam como desgovernada e, sobretudo, que não controlavam mais (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 93).

É nítido que tais direcionamentos não favorecem a maior parte dos núcleos familiares brasileiros, daí a interpretação de que algum espaço “é preenchido” pelo moralismo compensatório. A lógica é: “apesar de desfavorecidos economicamente, garante-se a segurança nos valores morais”, retórica utilizada em muitos momentos de nossa história, sobretudo durante o regime militar (1964-1985). Em outras palavras, é como se consagrasse uma resposta empreendedora e individual à problemas de gênese estrutural, criados e ensejados por grupos que visam manter hegemonia. Nos dados interpretados pela autora supracitada é nítida a relação entre a intensificação neoliberal de governo e o agravamento do machismo, ou da necessidade de se vivilibilizar supremacia masculinista⁴, uma vez que a intensificação do trabalho informal e da perda dos direitos trabalhistas, afeta diretamente o papel de provedor e, conseqüentemente, “abala” a noção tradicional de família, que, nesse contexto, precisa ser defendida.

Como reação à recessão econômica, a segurança de modelos é vendida como garantia. Na prática, o que se vê é um eclipsamento relativo dos novos movimentos sociais que lutam por pautas ainda não garantidas e de políticas sociais, que se reorganizam (em vez de decretar seu fim) para atuar em novos contextos. Trata-se mais de um artifício retórico posto em prática pelos setores dominantes como um tipo de *bait*

⁴ “Tempos de recessão são um terreno fértil para retorno de narrativas supremacistas que vão e voltam desde o século XIX” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 94).

(isca), que canaliza a frustração geral de grande parte da população diante de recessão do país, direcionando-a para grupos subalternizados historicamente.

Na América Latina o emparelhamento desses diversos setores, descritos até aqui, tiveram como efeito uma série de manifestações que tiveram a família como núcleo estruturante, dentre elas: a Marcha de la Familia, na Colômbia, em 2016; a marcha organizada pela Frente Nacional por la Familia, no México, um mês depois; e a campanha #ConMisHijosNoTeMetas, no Peru, em novembro do mesmo ano (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). É importante sublinhar esses marcos para nos lembrarmos que tais movimentos acontecem na forma de ondas transnacionais, não se restringindo ao Brasil, embora aqui seja encampado se forma singular. Além disso, todas elas são reações à conquistas progressistas da última década, caracterizadas pela inclusão da educação sexual integral nos planos educacionais e demais legislações de países latinos a partir de 2010, pelo reconhecimento do casamento igualitário na Argentina (2009) e Uruguai (2013) e demais conquistas constitucionais que priorizaram grupos subalternos em países como Brasil, Colômbia e Equador.

Essa lógica dificulta a elaboração de quem sejam efetivamente os culpados pela recessão e acaba por atualizar o dispositivo de sexualidade, na medida em que essa agenda moral tem uma série de efeitos práticos de controle, por meio dos quais “[...] a família aparece como dispositivo para regular os corpos e desejos, com foco no processo de socialização das crianças, de acordo com valores tradicionais” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 344).

Na seção seguinte, elencam-se alguns desdobramentos institucionalizados das associações político-ideológicas descritas até aqui.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO VITORIANISMO: EFEITOS PRÁTICOS DA AGENDA COMPENSATÓRIA

O efeito da família como pedra angular nos dispositivos contemporâneos são perceptíveis e já é possível afirmar que existe uma vasta obra dedicada a seu mapeamento nos entornos brasileiros. Somente nesses dois últimos anos governados pela extrema direita, Biroli e Quintela (2021) afirmam que essa abordagem está presente nos diferentes ministérios e políticas. Em seu discurso na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2020, Bolsonaro declarou: “Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo

combate à cristofobia”, e concluiu: “O Brasil é um país cristão e conservador e *tem na família sua base*” (ALMEIDA, 2021, p. 411 grifo nosso). Não se trata apenas de uma declaração pública, mas de um discurso que irá instaurar uma série de mudanças governamentais.

De acordo com Biroli, Machado e Vaggione (2020) entre as primeiras consequências da presença mais expressiva de cristão conservadores na máquina de Estado, a partir das eleições de 2018, nas quais facilmente se podem traçar relações com o dispositivo de agenda familista, estão: a substituição da noção de desigualdade de gênero pela expressão “desigualdade entre homens e mulheres⁵” em uma série de documentos governamentais; o descumprimento das diretrizes da ONU no campo do combate às discriminações com base na orientação sexual; o esvaziamento de conselhos que garantiriam a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas, para ficar nesses exemplos.

É possível afirmar que é no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que a centralização ideológica familista está mais evidente, com ênfase à Secretaria Nacional da Família. O MMFDH é um dos órgãos por meio do qual se expressa uma aliança prática entre evangélicos e católicos conservadores na difusão do conservadorismo moral.

O ministério é comandado por Damares Alves (advogada e pastora evangélica) e Angela Gandra Martins (advogada e secretária do ministério). Na análise das autoras, ambas relativizam conquistas femininas⁶, algumas existentes desde a consolidação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instituído em 1985. Ao tomar posse, em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro deixava bastante evidente que a agenda da igualdade de gênero seria combatida ao longo de seus quatro anos de governo.

Destarte, vale mencionar que no MMFDH foram incluídas agendas de pastas anteriores, como pautas interseccionais importantes entre raça, juventude e direitos humanos. Tal aglutinação já tem o objetivo explícito de diminuir o destaque dessas pautas. Além disso, foram incluídas agendas que não faziam parte dos governos

⁵ Não se trata de uma substituição ingênua. Além de atender a supressão do termo gênero, combate realizado pelas novas direitas a alguns anos, trata-se da intenção de fortalecer o binarismo de gênero, lógica segundo a qual não há uma diversidade de expressões de gênero, mas apenas dois, homem e mulher, que derivariam direta e consecutivamente, dos sexos opostos, macho e fêmea, respectivamente.

⁶ A exemplo, a denúncia feita por ela contra um órgão de imprensa feminista junto ao Ministério Público e à Polícia Federal por apologia ao crime de aborto, quando se tratava de uma reportagem sobre aborto seguro, inclusive recomendado pela OMS.

anteriores, como a *defesa da família*, que no atual governo ganha uma pasta específica na Secretaria Nacional da Família (BIROLI; QUINTELA, 2021).

A inclusão da *família* no título do ministério é a parte mais visível de uma ampla redefinição do escopo das agendas que ele inclui: mulheres, juventude e direitos humanos passariam a ser abordadas, predominantemente, a partir da perspectiva do fortalecimento da família e dos *vínculos familiares*. A mulher vem descolada das abordagens das desigualdades de gênero, mesmo em políticas para a redução da violência contra as mulheres e para a ampliação da participação política das mulheres (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 347 grifo do autor).

Nesse formato, a agenda da família é transversal, como nas diretrizes do governo. Isso significa que, por orientação da presidência, “[...] a temática da família deve atravessar os diferentes ministérios, oferecendo um discurso político-moral unificado” (ALMEIDA, 2021, p. 421). Essa lógica se expressa entre os setores tendo como bastiões: na Educação, a fronteira entre família e escola; na Justiça, a definição jurídica de família como heterossexual; nas Relações Exteriores, a retirada da palavra “gênero” dos documentos internacionais e, num movimento mais recente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o lançamento de edital para pesquisas sobre famílias no Brasil (ALMEIDA, 2021).

Além disso, seu novo arranjo, apresenta-se como uma “[...] chave na ativação do conservadorismo, de forma tradicionalista e antipluralista, nas políticas de Estado” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 347). Essa abordagem era prometida desde a fase de campanha, e se consolida nos pactos do atual executivo com grupos evangélicos conservadores e seus partidos. Segundo as autoras, esse antipluralismo se manifesta numa mudança de relações entre sociedade civil e o acesso de novos atores à máquina estatal.

Na discussão priorizada nesse recorte analítico, também vale a menção de que há uma descontinuidade política, caracterizada pela interrupção do diálogo (tímido, mas ainda existente, até então) entre Estado e movimentos feministas⁷, caracterizando políticas de caráter autoritário encampadas, formal e informalmente, por grupos conservadores, com destaque para setores religiosos. Disso decorreu uma ampliação na

⁷ Relação que, na atual conjuntura, não é exclusividade do Brasil, podendo ser vista nas regressões democráticas presentes na Europa do Leste Central – Croácia, Hungria e Polônia (BIROLI; QUINTELA, 2021).

interlocução Estado e organizações conservadoras religiosas e declaradamente antifeministas (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Como explicita Almeida (2021), “Família tradicional” talvez seja o signo mais englobante e difundido na atuação política de Damares Alves. Em nome desse semblante são tematizados gênero e sexualidade, casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casais do mesmo sexo, reprodução, descriminalização do aborto e a restrição do acesso ao aborto legal, o combate a tudo o que é visto como de influência LGBTQ nas políticas públicas educacionais, assim como a falaciosa difusão de uma “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2019; BULGARELLI, 2020; BIROLI; QUINTELA, 2021), retórica das novas direitas em associação com grupos cristão, sem qualquer respaldo científico, mas com efeito prático comprovado no que tange à perseguição a grupos minoritários, à mulher como vítima da violência doméstica, ou a iniciação sexual depois da adolescência (SUDRÉ, 2020).

Fazendo um breve parêntese às políticas educacionais do atual governo, Almeida (2021) afirma que os campos de disputa nos quais a direita religiosa milita tem como prioridade a fronteira entre escola e família na educação de crianças e adolescentes. Isso porque são associados aos espaços de socialização que tendem a naturalizar padrões comportamentais e concepções de mundo. Atualizando um tipo de investida que já era perceptível em organizações como o Escola Sem Partido (ESP), um dos movimentos ensejados pelos ministérios do atual governo tem como plataforma o ataque à laicidade da escola, por entendê-la como “antirreligiosa”.

Nessa plataforma, os temas mais atacados são os relativos ao gênero e sexualidade abordados no ensino fundamental e médio, geralmente difundidos numa compreensão enviesada de que tais abordagens ameaçariam a construção estrutural da família tradicional como instituição. “A contrapartida da limitação do papel laico da escola é o avanço da família tradicional como fonte para a moralidade pública” (ALMEIDA, 2021, p. 420).

Da Secretaria Nacional da Família está disposto como finalidade expressa: “[...] promover a projeção social e econômica da família, promover o equilíbrio Família-trabalho, cultivar a solidariedade intergeracional familiar, além de elaborar, consolidar e executar as Políticas Nacionais de Família” (BRASIL, 2019). A fim de cumprir com os objetivos de promoção social e econômica da família, como disposto no trecho do decreto supracitado, foram criadas três diretorias: (1) a Diretoria de Formação,

desenvolvimento e Fortalecimento da Família; (2) a Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família; e (3) a Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar.

Entre as competências da Secretaria Nacional da Família, destacam-se, ainda, o fortalecimento, promoção e defesa da família, inclusive contra discriminações⁸, a conscientização pública sobre o papel da família e sobre a formação responsável de família em todas as áreas de atuação do governo; e a implementação e monitoramento de planos nacionais e setoriais voltados à família e de políticas públicas familiares transversais (BRASIL, 2019).

Para além dos documentos legais que centralizam a família como núcleo estruturante de políticas públicas, vale, ainda, a menção de outras textualidades ou discursividades que não necessariamente admitem o caráter legal da chancela do Estado, mas se coadunam no mesmo papel compulsório que incita e persuade a configuração da família tradicional e heteronormativa. Exemplo disso foi o texto promotor do programa “Selo da Empresa Amiga da Família”, de 2019, publicado no portal on-line “Migalhas”, no qual a secretária Angela Gandra afirma que é preciso “buscar soluções culturais que possam efetivamente auxiliar para que cada membro viva seu papel insubstituível em seu lar, como pai, mãe, filho, etc.”, uma vez que, segundo ela, “a pessoa equilibrada e a família bem estruturada trabalha muito melhor” (GANDRA, 2019, s.p.).

É evidente que tais direcionamentos são desdobramentos de uma base de pensamento que canaliza a família como célula econômica responsável pela maximização do trabalho (agora, mais informal que nos governos anteriores) num repertório de governo que não realiza mudanças estruturais. Tais relações, interessa repetir, não favorecem a maior parte das famílias brasileiras, mas cumpre o objetivo de canalizar as frustrações decorrentes da recessão econômica recente por meio da ideia de que retornamos à uma configuração de sociedade mais adaptada ao ponto de vista da moral conservadora, perspectiva, inclusive, altamente contestada por inúmeras análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ As autoras argumentam que acompanhado de tal objetivo, não há especificação do que designe o termo “discriminação contra a família”, mas levantam a possibilidade, dado o uso do vocábulo no singular e no contexto em que o mesmo emerge, de que se refira à interpretação de que demandas pelo reconhecimento de diferentes configurações familiares seja lido como discriminação à configuração da família tradicional, heteronormativa e patriarcal, única modalidade possível no ideário conservador.

Nos exemplos aqui analisados como desdobramentos de um dispositivo de sexualidade em vigor no quadro político atual da sociedade brasileira é possível afirmar que não há uma divisão nítida entre uma agenda moral e uma agenda econômica, de forma que tais esferas se consubstanciam nas agendas políticas da extrema direita no poder. Também se pode afirmar que apesar da centralidade de um “familismo” nas políticas incitadas pelo atual governo, não há uma correspondência direta entre este e os princípios neoliberais em todos os setores.

O moralismo compensatório em vigor na realidade brasileira dos últimos anos tem cumprido, até o momento, o objetivo de mobilizar adesão popular para políticas antipopulares, o que tem refletido na aprovação de uma série delas, realizadas, as vezes, a toque de caixa. Importa reiterar que essa moralização pode ter sustentado efeito de inúmeros setores até o presente momento, mas não dá conta, no âmbito prático, das necessidades reais do maior contingente populacional que integra as famílias brasileiras. Isso abre espaço para uma possível reflexão, desses setores, que, com o passar do tempo, sentirão os efeitos da agenda de austeridade e, quem sabe, de maneira indireta, a falácia da defesa da família como célula empreendedora capaz de, por si só, driblar a crise de recessão conduzida pelas elites nacionais.

Ainda é cedo para apontar direções futuras seguras pós-governo das novas ou extremas direitas. Contudo, não se pode deixar de relacionar que a América Latina tem assistido à vitória eleitoral de grupos progressistas. Em âmbito mais ampliado, também importa destacar que a derrota de Trump, nos EUA pode influenciar os rumos da política brasileira institucionalizada.

Serão necessárias novas análises indicando de que modo essa concepção familista, que permeia tanto os circuitos institucionalizados quanto os da cultura, será atualizada discursivamente nos diversos setores da sociedade. É importante finalizar esse texto com a lembrança de que todo dispositivo, para que galgue efeitos práticos, precisa ser reiterado compulsoriamente, o que envolve um esforço diário (e caro!) de diversos setores da sociedade. Nesse sentido, é sempre bem-vindo lembrar que todo dispositivo, como toda lógica (aqui, a vitoriana) pode ser curto-circuitado por uma série de práticas que podem ser construídas individual e coletivamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. in. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BIROLI, Flávia. **O rastro da onda: derrocada de direitos e moralismo compensatório**. Blog da Boitempo, 20 out. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/10/20/o-rastro-da-onda-derrocada-dos-direitos-e-moralismo-compensatorio/>. Acesso em: 30 mai. 2021.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. in. BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. in. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019**. Dispõe sobre a Secretaria Nacional da Família. Brasília, 2019.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BULGARELLI, Lucas. Quem acredita em ideologia de gênero? Disputas sobre direitos, políticas e agendas em torno do gênero e da sexualidade. in. IGNÁCIO, Taynah [et al.]. **Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- _____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GANDRA, Angela. Por que um selo empresa amiga da família? **Migalhas**. 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/313266/por-que-um-selo-empresa-amiga-da-familia>. Acesso em: 30 maio 2021.
- INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. **Revista Interações Sociais**. v. 4. n 1. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. in. CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

TEBBE, Jason. Os vitorianos do século XXI. **Jacobin Brasil**. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/01/os-vitorianos-do-seculo-xxi/?fbclid=IwAR3V5hFJWk9H-poJqhft2IJeXRLnnIzKa-JLgDjPCnT289YiVfM1sCw65y0>. Acesso em 15 mar. 2021.

SUDRÉ, Lu. “Escolhi esperar”. Damares assume incentivo à abstinência sexual na adolescência como política pública. **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/10/damares-assume-incentivo-a-abstinencia-sexual-na-adolescencia-como-politica-publica>. Acesso em: 06 jul. 2021.

TIBURI, Márcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar**. Rio de Janeiro: Record, 2020.